



Número: **0066579-92.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 31ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **16/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE (AUTOR)	ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS (ADVOGADO) CARLA ROCHA LEMOS (ADVOGADO)
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. (REU)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
69629 552	16/10/2020 13:33	Petição Inicial	Petição Inicial
69629 563	16/10/2020 13:33	ID ADEVANIO	Documento de Identificação
69629 561	16/10/2020 13:33	PROCURAÇÃO ADEVANIO	Procuração
69629 559	16/10/2020 13:33	DOCS MEDICOS E BO ADEVANIO	Documento de Comprovação
69629 557	16/10/2020 13:33	NEGATIVA ADEVANIO	Documento de Comprovação
69629 556	16/10/2020 13:33	POBREZA E RESIDENCIA ADEVANIO	Outros (Documento)
69682 263	19/10/2020 08:28	Despacho	Despacho
69964 849	22/10/2020 21:07	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
69964 850	22/10/2020 21:07	SUBS JOSE ADEVANIO	Substabelecimento
70421 216	03/11/2020 21:12	Decisão	Decisão
70715 203	09/11/2020 13:00	Habilitação de perito	Certidão
70715 231	09/11/2020 13:12	Intimação	Intimação
70716 882	09/11/2020 13:12	Intimação	Intimação
70716 883	09/11/2020 13:12	Intimação	Intimação
71195 652	18/11/2020 10:36	Petição em PDF	Petição em PDF

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ___ VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – PERNAMBUCO.

JOSÉ ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF/MF sob o nº. 820.517.714-72 e no RG de nº. 3.715.727 SDS/PE, domiciliado no Lo Almas Benditas, nº. 107, Centro – São Bento do Una - PE, CEP: 55370-000, por sua procuradora e advogada, com endereço eletrônico no e-mail: anasantosadv1@gmail.com, e endereço profissional à rua Helena de Lemos, 330, Ilha do Retiro, Recife -PE , CEP: 50750-630, constituídos nos termos do instrumento procuratório (doc. em anexo), onde recebe intimações, vem a presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal, c/c o art. 186 do Código Civil Brasileiro, ajuizar a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

, em face **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.164.021/0001-00, Av. República do Líbano, 251, Riomar Trade Center, Torre 2, SI 1001 - Pina, Recife - PE, 51110-160 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, onde deverá ser citada, pelos motivos de fato e de direito, que a seguir expõe:

PRELIMINARMENTE:

Do Benefício da Gratuidade Processual

Inicialmente, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita de acordo com a Lei 1.060/50 e suas posteriores alterações, pois a parte AUTORA não possui condições de arcar com as custas processuais e demais despesas inerentes ao presente processo, bem como os honorários de advogado, dentre outros, uma vez que se assim o fizesse comprometeria sua renda.

DO NÃO INTERESSE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO. ART. 319. VII CPC. – PEDIDO DE NOMEAÇÃO DE PERITO – CONVÊNIO 05/2015 TJPE.

Atendendo aos requisitos do NCPC em seu artigo 319, venho manifestar a vossa excelência que NÃO tem interesse de conciliar a presente demanda, antes da avaliação da parte autora através de laudo técnico, a ser realizado por perito médico nomeado pelo TJPE, conforme **CONVÊNIO 05/2015 TJPE**.

Diante do exposto, visando maior celeridade processual, pugna para que seja nomeado perito judicial para graduação da debilidade permanente da parte autora, visto que existe convênio firmado junto as seguradoras, disposto no ato da presidência 05/2015, onde consta o valor previamente estabelecido de R\$ 200,00 para cada perícia realizada.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS:

O promovente é vítima de acidente de trânsito ocorrido, em **28/01/2020**, tudo conforme se depreendem da cópia do Registro de Ocorrência Policial anexada a peça inicial e documentos do Hospital.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu várias lesões que o deixou com DEBILIDADE PERMANENTE, devido à politraumatismo mais fratura de OPN, conforme consta do Laudo Médico anexo, o que o torna beneficiário do seguro denominado (DPVAT).

Nos meses subsequentes ao acidente iniciou-se o enorme sofrimento da parte autora, sempre com a esperança de recuperar-se daquela sequela, haja vista o fato de que, para uma pessoa até então saudável, ter de permanecer com restrição na mobilidade e normalidade.

Ressalta-se que foi requerido administrativamente a liberação da integralidade do valor da



indenização do Seguro DPVAT por invalidez Permanente, porém o mesmo não recebeu qualquer valor, apesar de ter apresentado toda documentação necessária.

Assim, não restou alternativa à demandante, senão pleitear a justa indenização a ela devida, no que tange ao seguro obrigatório DPVAT, em razão da invalidez permanente que ora lhe acobertara, em total consonância à Lei nº. 1.482/2007.

Munida da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da complementação da indenização acima referida ATÉ o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desta forma, recorre o Promovente ao Poder judiciário, para receber a quantia que tem direito a indenização securitária de DPVAT, por ser de inteira e merecida justiça.

DO DIREITO:

DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM:

O seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres – DPVAT, conhecido popularmente como SEGURO OBRIGATÓRIO, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa.

No caso em comento, é direito do promovente perceber uma indenização por danos pessoais, ante a sua debilidade permanente decorrente de acidente automobilístico.

Vale a pena destacar, que a legitimidade ativa da autora na presente demanda é cristalina. Neste sentido, dúvidas não há, ante a dicção legal do art. 4º da Lei nº 6.194/74, in verbis:

“A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados”.
(GRIFO NOSSO)

DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM:

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do complexo da FENASEG constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **MAPFREVERA CRUZ SEGURADORA S/A**.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, in litteris:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO:

Anota o art. 5º e art. 7º, ambos da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, bem como reforçado pela Súmula 257 do STJ, Vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida



qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (grifo nosso)

"A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". (destaque nosso).

"STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização".

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas. É incontestado, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de não somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

DA DESNECESSIDADE DE PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:

A Lei n. 6.194/74, que institui o Seguro Obrigatório, alterada pela Lei n. 8.441/92, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que integram o sistema para tal fim. Tal assertiva é confirmada, uma vez que esses comandos legais já foram devidamente recepcionados pela norma constitucional vigente, estando em harmonia com os direitos e garantias fundamentais, tais como os princípios da legalidade, inafastabilidade e indeclinabilidade da prestação jurisdicional.

DA FACULDADE DO AUTOR PARA O FORO COMPETENTE EM AJUIZAR A PRESENTE DEMANDA:

De acordo com a recente decisão do E. STJ no Recurso Especial nº REsp 1357813 / RJ (2012/0262596-6), a parte Autora tem a faculdade de propor ação no foro do seu próprio domicílio, no foro do local do acidente ou, ainda, **no foro do domicílio do réu**. Assim, vejamos a sua redação:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT. DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, **constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio** (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma). 2. No caso concreto, recurso especial provido. (REsp 1357813/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/09/2013, DJe 24/09/2013) **(grifo nosso)**.

Portanto, o foro de domicílio do réu é plenamente competente para apreciar e julgar o feito nas ações relativas de cobrança de seguro Dpvat.

DA NOMEAÇÃO DO PERITO JUDICIAL – INSTRUÇÃO NORMATIVA 5/2015A

Requer a nomeação do perito judicial, em virtude da instrução normativa 5/2015, que firma o convenio do TJPE junto a seguradora ré com a finalidade de percentualizar a debilidade da parte autora, de acordo com a tabela anexa a lei, uma vez que os órgãos responsáveis por perícias acidentárias públicos (IML) não possuem estrutura suficiente para atender ao pleito

DOS PEDIDOS:



- 1 **Seja deferida a preliminar, visto não ter interesse na audiência de conciliação,** com base do art. 319, inciso VII; visto que a parte demandada não apresenta proposta para acordo, sem antes a perícia judicial;;
 2. A citação da promovida por carta Citatória, de acordo com o disposto no art. 246 do NCPC, para querendo contestar a presente ação, no prazo legal, sob pena de revelia.
 3. Os benefícios da Justiça Gratuita, por ser a parte Autora pobre na forma da Lei, não tendo condições de arcar com as despesas Processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de seus familiares.
 4. Requer que seja nomeado perito judicial para realização de perícia, com o fim de graduar a debilidade da parte autora, de acordo com a instrução normativa de n. 5/2015, que firma convênio para realização de perícias para estes fins;
 5. A procedência da presente demanda, para o fim de condenar a requerida ao pagamento, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, referente ao seguro Obrigatório DPVAT, em face da invalidez sofrida pelo Autor, ou SUBSIDIARIAMENTE que seja avaliado o grau de invalidez do Autor, através da perícia médica, utilizando os reais percentuais de invalidez para o cálculo da indenização devida ao mesmo, tudo nos conformes determinado pela tabela de invalidez implementada pela Lei nº. 11.945/2009.
 6. Com base nas Súmulas 426 e 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros a partir da citação e da correção monetária retroativa a data do sinistro;
 7. Seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, ou sendo irrisório o valor a ser percebido pelo Autor, seja arbitrado de acordo com o art. 85, §§ 1º e 2º do CPC, além das custas processuais e demais emolumentos;
 8. Protesta por todos os meios de provas em direito admissíveis;
- Dar-se-á a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, para efeitos meramente fiscais.

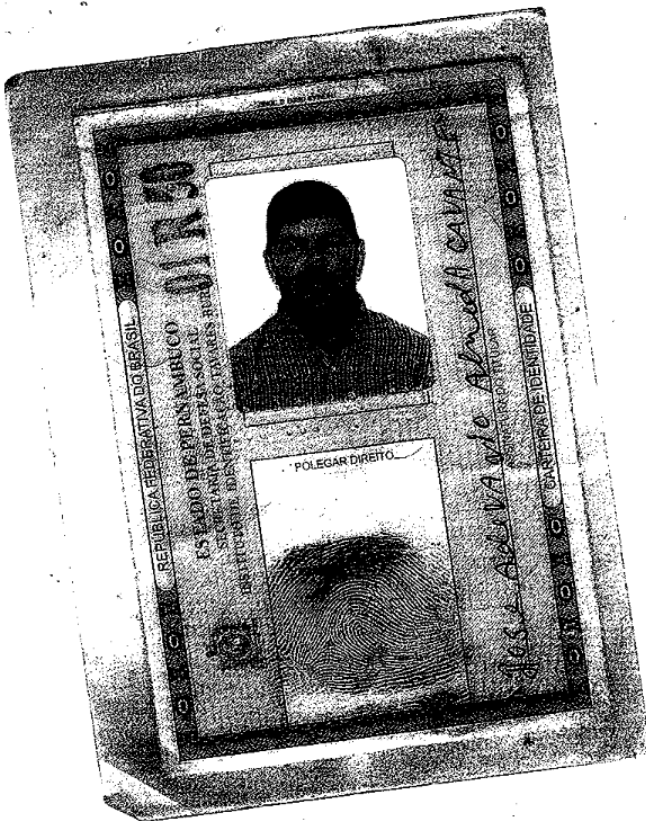
Pede e espera deferimento.

Recife, 15 de Outubro de 2020.

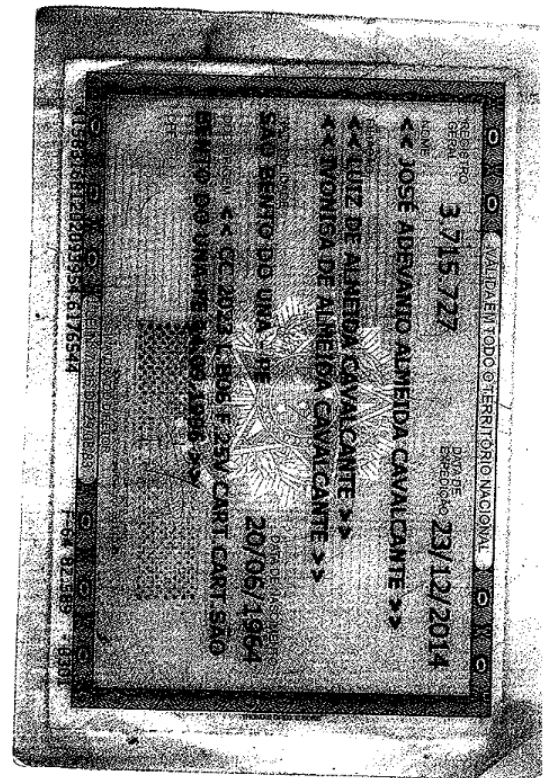
CARLA ROCHA LEMOS
OAB/PE 27.103

ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS
OAB/PE 28.697

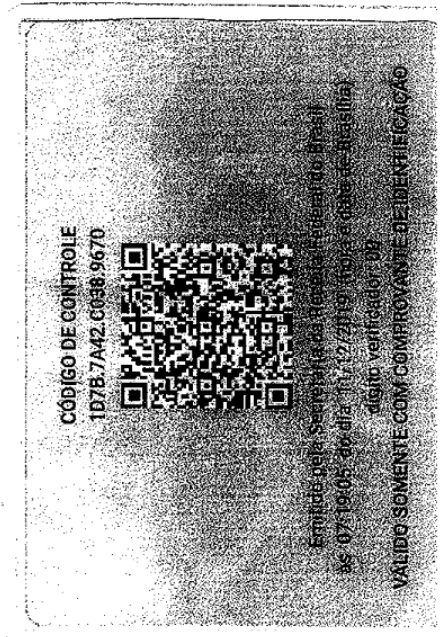
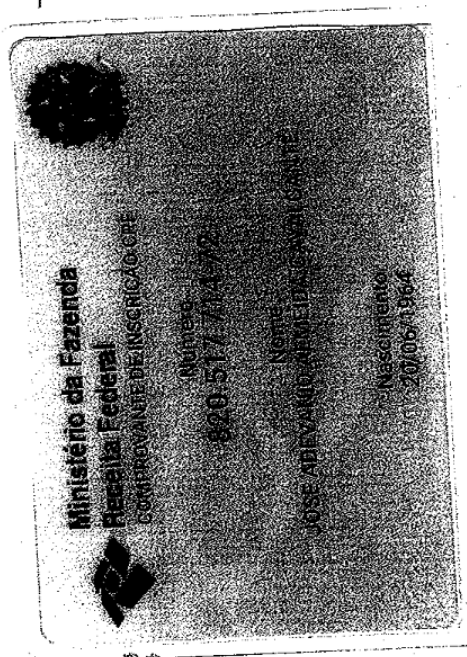




caixa
0773
983869722-8
porpança



menina São Octaviano
Jad São Octaviano



Falta Regional



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Jose Aderânio Almeida Cavalcante
brasileiro(a), estado civil casado, regularmente inscrito no CPF/MF sob o
nº 820517314-72 e portador da cédula de identidade
nº 3715722 SDS/PE residente e domiciliado(a) na
10 Almas Benditas
nº 107 bairro de Centro
CEP 55370-000 na cidade de
São Bento do Una / PE

OUTORGADA: ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS, brasileira, solteira,
advogada, inscrita na OAB/ PE 28.697, com escritório profissional à Rua Helena de
Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 102, Ilha do Retiro, Recife-PE. CEP:
50750-630 E-mail: anasantosadv1@gmail.com, onde recebe intimações e/ou
notificações judiciais.

PODERES: Para promover defesa dos meus interesses judiciais, concedendo-lhes
poderes incluídos nas cláusulas "Ad Juditia" e "At Juditia Et Extra" (Art. 70 parágrafo 3º
e 4º da Lei nº 4215, de 27/04/63), em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, em todas
as fases do processo, podendo propor ação em Justiça Comum, desistir de ações,
renunciar, interpor recursos, transigir, receber e dar quitação, retirar Alvará judicial de
pagamento em nome do autor, do cartório judicial ou gabinetes em afins, firmar
compromissos, usar de todos os recursos legais, por mais especiais que sejam,
mesmo extraordinários, promover justificações, inquirir e contestar testemunhas,
inclusive receber a citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do
pedido, representar em audiência, usando em suma, de todos os poderes permitidos
em Direito, para que a sua defesa seja a mais ampla e cabal, inclusive substabelecer
em Advogado de sua confiança, e quando lhe convier, com, ou sem reservas de
poderes.

JUSTIÇA GRATUITA: Desejando obter os benefícios da "Justiça Gratuita", declara,
sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear qualquer
demanda, sem prejuízo do sustento próprio e da família, pelo que, nos termos da Lei
nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.

CLÁUSULA DE ONEROSIDADE E DE RETENÇÃO JUDICIAL: Pelo exercício do
mandato, compromete-se o outorgante a pagar ao advogado-outorgado, a título de
honorários advocatícios, o valor correspondente a 30% (trinta por cento) de todo e
qualquer valor econômico-financeiro que constitua acréscimo ao patrimônio jurídico da
parte, obtido com o êxito da causa, na esfera administrativa ou judicial. Para tanto,
desde já, autoriza a retenção judicial dos honorários ora pactuados. Compromete-se,
ainda, a cumprir, além da presente cláusula de onerosidade do mandato, as demais
disposições complementares contidas no contrato de honorários advocatícios
celebrado em instrumento próprio.

Recife, 15 de 09 de 2020

Jose Aderânio Almeida Cavalcante
Outorgante





SAMU
192

SERVIÇO DE
ATENDIMENTO MÓVEL
DE URGÊNCIA



São Bento do Una, 13 de fevereiro de 2020.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de comprovação que o Sr: **JOSÉ ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE**, CPF: 820.517.714-72, nascido em: 20/06/1964 foi atendido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Unidade de Suporte Básico de São Bento do Una, no dia 28/01/2020, vítima de colisão, sendo encaminhado ao hospital local. Sem mais a acrescentar.

Atenciosamente,

Deisyane Farias
Enfermeira
CORRIGIDA PE 249.113

Deisyane Farias

Coordenação SAMU de São Bento do Una

Secretaria Municipal de Saúde de São Bento do Una – PE.
Rua Joaquim Nabuco S/N, São Bento do Una - PE.
Telefone: 81 3735-0720





SÃO BENTO DO UNA

MELHOR A CADA DIA
Secretaria de Saúde



HOSPITAL MUNICIPAL
MARIA TERESA MENDONÇA

FICHA DE ATENDIMENTO

Numero de Registro: 340.029	Data e Hora do Atendimento: 28/01/2020 09:41	Emergência Geral: 53
Informações Prestadas pelo: Cliente ou Acompanhante:		
Cliente: Jose Adevanio Almeida Cavalcante		Fone: 8959-8818
Nome Social:		
Data de Nascimento: 20/06/1964	Idade: 55	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado (a)	Profissão: Agricultor	Cor: Branca
Nacionalidade: Brasileira	Documento de Identidade:	Naturalidade: São Bento do Una
		CNS: 708.5033.3677.7971
Filiação: Ivonisa de Almeida Cavalcante		
Ocorrência:	Acidente de Trabalho: SIM: <input type="checkbox"/> Não: <input type="checkbox"/>	
Procedência:	Meio de Transporte:	
Endereço: Rua 05	Nº 107	Bairro: Almas Benditas
	Cidade: São Bento do Una	UF: PE
Medico(a): Dr Rafael Carvalho/ Dr Rafael	Enfermeiro(a): Loriley / Tuane	
Técnicos de Enfermagem: Gorete / Givanildo / Maria		
Queixa Principal:	<i>Prisão / dor de cabeça</i>	
	<i>Prisão / dor de cabeça</i>	
HD:	<i>105 leve 2</i>	
Historia do Trauma:		
Perda da Consciência: SIM: <input type="checkbox"/> Não: <input type="checkbox"/> Episódio Emético: SIM: <input type="checkbox"/> Não: <input type="checkbox"/> TIPO:		
Acidente de Transito: SIM: <input type="checkbox"/> Não: <input type="checkbox"/> Colisão: SIM: <input type="checkbox"/> Não: <input type="checkbox"/> Motorista: SIM: <input type="checkbox"/> Não: <input type="checkbox"/>		
Atropelamento: SIM: <input type="checkbox"/> Não: <input type="checkbox"/> Vitima de Ferimento: SIM: <input type="checkbox"/> Não: <input type="checkbox"/> Tipo:		
Sofreu Queda: SIM: <input type="checkbox"/> Não: <input type="checkbox"/> Altura: m		
Queimadura: SIM: <input type="checkbox"/> Não: <input type="checkbox"/> Por: Grau:		
Condições de Imobilização: SIM: <input type="checkbox"/> Não: <input type="checkbox"/> Porque:		



HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE EMERGÊNCIA



1 - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Atendimento: 582914 Prontuário: 353472

Nome: JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTI
Data Nasc.: 20/06/1964 Idade: 55 Sexo: MASCULINO Cor: PARDA Religião:
CPF: RG: CNS: 708503336777971
Endereço: LOTEAMENTO ALMAS BENDITA Nº: 107
Bairro: CENTRO Cidade: SAO BENTO DO UNA Estado: PE
CEP: 55370000 Fone: 991558832 Profissão:
Nome da Mãe: IVONISA DE ALMEIDA CAVALCANTE
Acompanhante:
Motivo do Atendimento: QUEDA DE MOTO
Clínica: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

2 - ATENDIMENTO Data: 28/01/2020 13:35 Médico: MEDICO PLANTONISTA

Queixa Principal / HDA:

Paciente sofreu acidente de moto com
perda de consciência.

Exame Físico:

EGA:

Consciente
desorientado

Verificar

PA: FC: FR:

PA:
Pulso

AGT:
24h: 102

Diag. Provisório:

Fratura de ORV?

Cirurgia - Ponto - pontos mobilizados, talão
concreto, ornado.

Ponto de dor - flocos / sintoma - dor

Prescrição:

Contra Indicações Dieta:

Data 28/01/2020 Solicito: 24h PA 160x90
151x1 FC 91
95% RX ORV HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE
67 RX Uterus. RAO X SPO 98%
2
Rx sugerindo análise de ORV
avaliados da cirurgia - fecho
Ponto de dor (DM).
Seleção TC de crânio
examinados no ambulatório
n/ manobras de fratura de ORV

1 de 2



HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE
EMERGÊNCIA



3 - Evolução / Exames

Car. Geral

Paciente com relato de queda de moto em (28/01/20) por volta das 08:00hs da manhã. Desemface.

As exames: Abdominal, tórax, pelve e membros.

ETG - 15

CC de trauma, RX de tórax, pelve e membros.

OP: Alta hospitalar para acompanhamento de trauma.

Termo de Responsabilidade de Alta a Pedido

Dr. Thiago César F. Gomes
Cirurgião Geral
CRM 19308

() Paciente () Familiar

Responsabilizo-me pela imediata retirada do paciente deste nosocômio, bem como tenho absoluto conhecimento sobre todas as consequências que esse ato possa acarretar.

Nome: _____ RG: _____

Endereço: _____ Tel.: _____

Data: ____/____/____

Assinatura

Autorização de Procedimento

() Paciente () Familiar

Nome: _____ RG: _____

Endereço: _____ Tel.: _____

Procedimento: _____

Assinatura

Diag. Definitivo:

Pol. Trauma

Destino do Paciente

(X) Alta () Cirurgia () Óbito () Evadiu-se () Termo de Alta a Pedido
() Transferência: _____ () Internamento _____

Condição de Alta

() Curado (X) Melhorado () Inalterado () Óbito

Data: 29/01/2020 Hora: _____ Médico: _____ CRM: _____

28/01/2020 13:37:52
2 de 2

Dr. Thiago César F. Gomes
Cirurgião Geral
CRM 19308

Usuario do Atendimento
MARIAS



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE - SES
EVOLUÇÃO CLÍNICA

Unidade de Saúde:		HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE
Nome do Paciente:		<i>Jose Odevanio</i> Registro Nº:
Clínica:		Leito Nº:
DATA	HORA	EVOLUÇÃO
<i>28</i> <i>01</i> <i>20</i>		<i>Clínica Médica</i>
		<i>Paciente vítima de Ocidente</i>
<i>20:45</i>		<i>de moto, CI REG, expirado,</i> <i>consciente.</i>
		<i>Foi solicitado avaliação</i>
		<i>de clínica devido glicemia</i>
		<i>alterada.</i>
		<i>Nega DM.</i>
		<i>realizou exames si jejum</i>
		<i>#conduta: solicito glicemia de</i>
		<i>jejum amanhã.</i>
		<i>HGT agora. (235) corrigido!</i>
		<i>PA: não realizada por falta de</i>
		<i>termômetro.</i>
		<i>Insulina regular conforme HGT</i>
		<i>151-200 - 2UI 251-300 - 6UI</i>
		<i>201-250 - 4UI 301-350 - 8UI</i>
		<i>≥ 350 10UI</i>
		<i>PA: 140x90 mmHg.</i>
		<i>captopril - 01 comp SL.</i>

Assinatura do Médico
Carla Rocha Lemos
CRM 14.001

Carla Rocha Souza
COE 061704 TE



SÃO BENTO DO UNA

Secretaria Municipal de Saúde



**HOSPITAL MUNICIPAL
MARIA TEREZA MENDONÇA**

FICHA PARA ENCAMINHAMENTO E RETORNO

Unidade de Saúde:	<u>Hospital Municipal de Synete</u>	
Município:	<u>Canoin-PE</u>	
Especialidade:	<u>Broncopneumologia</u>	Senha: <u>5870374</u>

Dados do Paciente	
Nome:	<u>Jose Adilson Almeida Cordeiro</u>
Data de Nascimento:	<u>20 / 06 / 1964</u>
Idade:	<u>55a</u>
Sexo:	<u>masculino</u>
Endereço:	_____
Bairro:	_____
Município:	_____
História Clínica:	<u>Prontidão em entrar após acidente</u> <u>protetor de cinto e quadro de epistaxe leve, porém</u> <u>constante e obstinado. O mesmo não apresenta</u> <u>no momento outros sintomas</u>
Hipótese Diagnóstica:	<u>1) Fratura de nariz de Fou?</u> <u>2) TEB leve</u>

Exames Realizados:	_____
Tratamento:	_____
Médico:	<u>Dr. Rafael Carvalho</u> <u>CRM-PE: 27765</u>
Data:	<u>28 / 01 / 2020</u>

Avenida Manoel Cândido, S/N – Centro-CEP: 55370-000 – São Bento do Una – PE. Fone: (81) 3735 0714.
E-mail: hmsbu@yahoo.com.br. CNPJ: 10.091577/0007-00.





**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 106ª CIRCUNSCRIÇÃO - SÃO BENTO DO
UNA - DP106ªCIRC DINTER1/15ªDESEC**

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 20E0196000202

**Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 14/02/2020 às
10:02**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)
que aconteceu no dia 28/1/2020 no período da Manhã**

Fato ocorrido no endereço: **MUNICIPIO DE SAO BENTO DO UNA, 81,
PROXIMO AO COLEGIO IVETE. - Bairro: CENTRO - SAO BENTO DO
UNA/PERNAMBUCO/BRASIL**
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

**DESCONHECIDO (AUTOR / AGENTE)
MARIA DO SOCORRO CAVALCANTE ALMEIDA (OUTRO)
JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE (VITIMA)**

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

**VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a):
JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

**JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE (presente ao plantão) - Sexo:
Masculino Mãe: IVONISA DE ALMEIDA CAVALCANTE Pai: LUIZ DE ALMEIDA
CAVALCANTE Data de Nascimento: 20/6/1964 Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO
/ BRASIL**

**DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido Naturalidade: NÃO
INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**MARIA DO SOCORRO CAVALCANTE ALMEIDA (presente ao plantão) - Sexo:
Feminino Mãe: MARIA APARECIDA CAVALCANTE DE MACEDO Pai: REGIVALDO
CAVALCANTE DE MACEDO Data de Nascimento: 23/1/1973 Naturalidade: NÃO INFORMADO /
PERNAMBUCO / BRASIL
Endereço Residencial: **MUNICIPIO DE SAO BENTO DO UNA, 107, LOTEAMENTO ALMAS
BENDITAS, RUA 06 - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - SAO BENTO DO
UNA/PERNAMBUCO/BRASIL****



Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTOCICLETA (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): **JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE**, que estava em posse do(a) Sr(a): **JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE**

Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 150** Objeto apreendido: **Não**
Cor: **VERMELHA** - Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **KKN1B40** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)
Ano Fabricação/Modelo: **2000/2010**

Complemento / Observação

COMPARECERAM AS PESSOAS DE MARIA DO SOCORRO CAVALCANTE ALMEIDA E O SR. JOSÉ ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE, RELATANDO QUE NA REFERIDA DATA, A VITIMA AO DESVIAR DE OUTRO VEICULO, VEIO A COLIDIR EM UM POSTE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, VINDO A SER SOCORRIDO PELO SAMU, PARA O HOSPITAL LOCAL.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE
(VITIMA)

Maria do Socorro Cavalcante Almeida
MARIA DO SOCORRO CAVALCANTE ALMEIDA
(OUTRO)

B.O. registrado por: **ALEXANDRE LUIZ SANTOS CAVALCANTE** - Matrícula:
2214380





**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 106ª CIRCUNSCRIÇÃO - SÃO BENTO DO
UNA - DP106ªCIRC DINTER1/15ªDESEC**

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 20E0196000202

**Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 14/02/2020 às
10:02**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)
que aconteceu no dia 28/1/2020 no período da Manhã**

Fato ocorrido no endereço: **MUNICIPIO DE SAO BENTO DO UNA, 81,
PROXIMO AO COLEGIO IVETE. - Bairro: CENTRO - SAO BENTO DO
UNA/PERNAMBUCO/BRASIL**
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

**DESCONHECIDO (AUTOR / AGENTE)
MARIA DO SOCORRO CAVALCANTE ALMEIDA (OUTRO)
JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE (VITIMA)**

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

**VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a):
JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

**JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE (presente ao plantão) - Sexo:
Masculino Mãe: IVONISA DE ALMEIDA CAVALCANTE Pai: LUIZ DE ALMEIDA
CAVALCANTE Data de Nascimento: 20/8/1964 Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO
/ BRASIL**

**DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido Naturalidade: NÃO
INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**MARIA DO SOCORRO CAVALCANTE ALMEIDA (presente ao plantão) - Sexo:
Feminino Mãe: MARIA APARECIDA CAVALCANTE DE MACEDO Pai: REGIVALDO
CAVALCANTE DE MACEDO Data de Nascimento: 23/1/1973 Naturalidade: NÃO INFORMADO /
PERNAMBUCO / BRASIL
Endereço Residencial: **MUNICIPIO DE SAO BENTO DO UNA, 107, LOTEAMENTO ALMAS
BENDITAS, RUA 05 - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - SAO BENTO DO
UNA/PERNAMBUCO/BRASIL****



Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTOCICLETA (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): **JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE**, que estava em posse do(a) Sr(a): **JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE**

Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 150** Objeto apreendido: **NÃO**
Cor: **VERMELHA** - Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **KKN1B46** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)
Ano Fabricação/Modelo: **2000/2010**

Complemento / Observação

COMPARECERAM AS PESSOAS DE MARIA DO SOCORRO CAVALCANTE ALMEIDA E O SR. JOSÉ ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE, RELATANDO QUE NA REFERIDA DATA, A VITIMA AO DESVIAR DE OUTRO VEICULO, VEIO A COLIDIR EM UM POSTE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, VINDO A SER SOCORRIDO PELO SAMU, PARA O HOSPITAL LOCAL.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE
(VITIMA)

Maria do Socorro Cavalcante Almeida
MARIA DO SOCORRO CAVALCANTE ALMEIDA
(OUTRO)

B.O. registrado por: **ALEXANDRE JUIZ SANTOS CAVALCANTE** - Matrícula:
2214200



SINISTRO 3200182246 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev

Previdência S/A-Filial Recife-PE

BENEFICIÁRIO JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE

CPF/CNPJ: 82051771472

Posição em 15-09-2020 09:41:01

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

EU, José Adevânio Almeida Cavalcante
brasileiro(a), estado civil Casado,
profissão agricultor Inscrito no CPF/MF sob o
nº 820547734-72, e portador da cédula de
identidade nº 3715727 SDS/PE, residente e
domiciliado(a) 20 Almas Benditas
107, nº 107, bairro Centro,
CEP 55370-000 na cidade de
São Bento do Una / PE.

Declaro sob as penas da lei, para os fins de concessão da Justiça Gratuita,
que não tenho condições de arcar com as custas e despesas
processuais, sem sacrifício do meu sustento de minha família, de acordo
com os termos da Lei nº 1.060/1950.

Recife, 15 de 09, de 20.

NOME: X José Adevânio Almeida Cavalcante



NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2a VIA

COMPANHIA ENERGÉTICA
DE PERNAMBUCO
AV. JOÃO DE BARROS, 111, BOA VISTA,
RECIFE, PERNAMBUCO
CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08
INSCRIÇÃO ESTADUAL 0005943-93



CELPE
www.celpe.com.br

Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02
COMERCIAL 116 | PRONTIDÃO 116
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
Ouvidoria 0800 282 5599
Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado
de Pernambuco-ARPE: 0800-727-0167-Ligação Gratuita de Telefones Fixos
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
167-Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE MARIA DO SOCORRO CAVALCANTE ALMEIDA CPF: 909.358.704-82 NIS: 19002495539	DATA DE VENCIMENTO 24/03/2020	DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 17/03/2020	CONTA CONTRATO 001087265028
	TOTAL A PAGAR (R\$) 124,14	DATA DA APRESENTAÇÃO 17/03/2020	Nº DO CLIENTE 2002684051
ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA LO ALMAS BENDITAS 107 CENTRO/SÃO BENTO DO UNA 55370-000 SÃO BENTO DO UNA PE	CLASSIFICAÇÃO B1 RESIDENCIAL - BAIXA RENDA COM NIS Monofásico		
	RESERVADO AO FISCO 74E1.75EB.D410.C5DE.8082.E2A7.ED16.92D2		
As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site www.celpe.com.br			

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo-TUSD até 30 kWh	30,00	0,13799624	4,13
Consumo-TUSD superior a 30 até 100 kWh	70,00	0,23656498	16,55
Consumo-TUSD superior a 100 até 220 kWh	98,00	0,35484747	34,77
Consumo-TE até 30 kWh	30,00	0,12698062	3,80
Consumo-TE superior a 30 até 100 kWh	70,00	0,21768107	15,23
Consumo-TE superior a 100 até 220 kWh	98,00	0,32652161	31,99
Contrib. Ilum. Pública Municipal			14,44
ICMS_Subvenção Baixa Renda			1,38
Multa por atraso-NF 097016321 - 14/02/20			1,72
Juros por atraso-NF 097016321 - 14/02/20			0,13
TOTAL DA FATURA			124,14

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS		
ICMS	PIS	COFINS
BASE DE CÁLCULO	BASE DE CÁLCULO	BASE DE CÁLCULO
%	%	%
VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO
106,47	25,00	26,61
106,47	1,04	1,10
106,47	4,79	5,09

Tarifas Aplicadas		HISTÓRICO DO CONSUMO	
Consumo-TUSD até 30 kWh	0,09545200	MAR 20	198
Consumo-TUSD superior a 30 até 100 kWh	0,16363200	FEV 20	166
Consumo-TUSD superior a 100 até 220 kWh	0,24544800	JAN 20	174
Consumo-TE até 30 kWh	0,08783250	DEZ 19	177
Consumo-TE superior a 30 até 100 kWh	0,15057000	NOV 19	186
Consumo-TE superior a 100 até 220 kWh	0,22585500	OUT 19	170
		SET 19	152
		AGO 19	173
		JUL 19	173
		JUN 19	174
		MAI 19	190
		ABR 19	168
		MAR 19	193

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
R\$	%
Geração de Energia	34,73 32,62
Transmissão	4,07 3,82
Distribuição (Celpe)	24,69 23,19
Encargos Sototais	2,41 2,26
Tributos	32,80 30,81
Perdas de Energia	7,77 7,30
TOTAL	106,47 100

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
NÚMERO DO MEDIDOR	TÍPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh		
00000003011208708	CAT	14/02/2020 10.274,00	17/03/2020 10.472,00	32	1,00000	0,00	198,00		
DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 17/04/2020									

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					
DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL
jan/2020					
DIC-No.de horas sem Energia	SAO BENTO DO UNA	0,00	5,67	11,34	22,69
FIC-No.de vezes sem Energia		0,00	3,30	6,60	13,20
DMIC-Duração máxima de Interrupção contínua		0,00	3,29	0,00	0,00
DICRI-Duração de Interrupção em dia crítico					Limite DICRI: 12,22
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 38,36					
Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.					

INFORMAÇÕES IMPORTANTES		NÍVEIS DE TENSÃO							
<p>Pague no ponto mais perto de você: farmácia pacheco: pc osvaldo celso maciel 103 espírito santo / valdinava farias de: pc 18 de copacabana 132 centroLista completa em www.celpe.com.br. Na data da leitura a bandeira em vigor é a Verde. Mais informações em www.aneel.gov.br. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Pagto. em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL), Juros 1%a.m(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês. Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei Nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 50,74. O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.</p>		<table border="1"> <tr> <th>TENSÃO NOMINAL(V)</th> <th>LIMITE DE VARIAÇÃO(V)</th> </tr> <tr> <td></td> <td>MÍNIMO MÁXIMO</td> </tr> <tr> <td>220</td> <td>202 231</td> </tr> </table>		TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)		MÍNIMO MÁXIMO	220	202 231
TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)								
	MÍNIMO MÁXIMO								
220	202 231								
		AUTENTICAÇÃO MECÂNICA							

DESTAQUE AQUI

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO
001087265028	03/2020	124,14	24/03/2020	Evite dobrar, perfurar ou rasurar. Este canhoto será usado em leitora ótica.



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

Seção A da 31ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,

RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810501

Processo nº **0066579-92.2020.8.17.2001**

AUTOR: JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE

REU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

Inicialmente, defiro a gratuidade judiciária. Ciente a parte demandante quanto ao disposto no art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015.

Em seguida, compulsando atentamente os autos, observo que a patrona do acionante, que assina digitalmente a exordial, não apresentou instrumento de procuração, apenas constando a procuração de Id nº 69629561, em nome de outra advogada.

Assim, intime-se a parte autora para providenciar a juntada do instrumento procuratório/substabelecimento, em sintonia com os arts. 320 e 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

Recife, 19 de outubro de 2020.

Catarina Vila-Nova Alves de Lima
Juíza de Direito em Exercício Cumulativo

**



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE- PE

PROCESSO Nº 0066579-92.2020.8.17.2001– Seção A

JOSÉ ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, que move contra SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A E OUTRA, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por sua advogada in fine assinada, juntar aos autos, substabelecimento.

**Nestes termos,
Pede deferimento.**

Recife, 22 de Outubro de 2020.


**CARLA ROCHA LEMOS
OAB/PE 27.103**



SUBSTABELECIMENTO

ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/PE nº 28.697D, com endereço profissional na Rua Helena de Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 6 e 7, Ilha do Retiro, Recife/PE, CEP: 50.750-630, **Substabelece com reserva de poderes**, a pessoa da advogada **CARLA ROCHA LEMOS**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/PE nº 27.103D, com endereço profissional na Rua Helena de Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 6,7 Ilha do Retiro, Recife/PE, CEP: 50.750-630, os poderes que lhe foram outorgados por JOSE ADEVANIO CAVALCANTE, através do instrumento particular de mandato, para praticar todos os atos que se fizerem necessários.

Recife, 22 de Outubro de 2020



Ana Cristina Santos
OAB/PE 28697





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção A da 31ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810501

Processo nº **0066579-92.2020.8.17.2001**

AUTOR: JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE

REU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DECISÃO

Cuida-se de ação de cobrança de seguro DPVAT.

1. Com o intuito de imprimir maior celeridade ao feito, **designo a perícia médica** para o dia **18/12/2020, entre 8h e 10h (ordem de chegada)** e nomeio, como perito judicial, o Dr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, especialista em ortopedia e traumatologia, CRM/PE nº16.868, que servirá independentemente de compromisso (art.466, CPC).

2. Arbitro os honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), que devem ser suportados pela parte ré.

2.1. Intime-se a parte autora, através de advogado e por carta, ante a necessidade de sua intimação pessoal^[1], para comparecer ao consultório do perito, situado na Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional / Rua da Emergência Clínica do Hospital da Restauração), na data e horário supramencionados, com o fim de se submeter ao exame pericial necessário, advertindo-a de que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento antecipado da lide.

Em tempo, diante do fato notório da pandemia da COVID-19, deve a parte observar as seguintes solicitações do perito:

- *Que compareçam acompanhados apenas os menores de idade, idosos ou pessoas com necessidades especiais;*
- *Respeitem o horário agendado, não chegando com “horas” de antecedência, evitando assim aglomeração de pessoas; e*
- *Compareçam com as intimações ou que seja informado por seu representante o número do processo, para tornar o atendimento mais rápido, bem como apresentem todos os exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente.*

2.2. Intime-se o perito no endereço eletrônico constante do Curriculum vitae (pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com), conforme faculta o art. 465, parágrafo 2º, inciso III, do CPC, dando-lhe ciência da nomeação e da perícia designada.

2.3. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para a entrega do laudo (art. 465, parte final, CPC).

2.4. Entregue o laudo, intime-se a parte demandada para promover o depósito judicial da quantia indicada no prazo de 15 (quinze) dias (cláusula 2.1, Convênio 014/2017, TJPE).

2.5. Efetuado o pagamento, expeça-se alvará em favor do perito.

3. Cite-se a demandada para, em 15 (quinze) dias, ofertar contestação, com as advertências legais.

Após, voltem-me os autos conclusos.

Cumpra-se.



Recife, 03 de novembro de 2020.

Catarina Vila-Nova Alves de Lima
Juíza de Direito em exercício cumulativo





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 31ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0066579-92.2020.8.17.2001

AUTOR: JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE

REU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT SA

CERTIDÃO HABILITAÇÃO PERITO

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)s perito(a)s PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06.

RECIFE, 9 de novembro de 2020.

JANAINA FERRO DE SOUSA PORFIRIO LIMA

Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 31ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0066579-92.2020.8.17.2001

AUTOR: JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE

REU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 31ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 70421216, conforme segue transcrito abaixo:

"DECISÃO Cuida-se de ação de cobrança de seguro DPVAT. 1. Com o intuito de imprimir maior celeridade ao feito, designo a perícia médica para o dia 18/12/2020, entre 8h e 10h (ordem de chegada) e nomeio, como perito judicial, o Dr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, especialista em ortopedia e traumatologia, CRM/PE nº16.868, que servirá independentemente de compromisso (art.466, CPC). 2. Arbitro os honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), que devem ser suportados pela parte ré. 2.1. Intime-se a parte autora, através de advogado e por carta, ante a necessidade de sua intimação pessoal[1], para comparecer ao consultório do perito, situado na Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional / Rua da Emergência Clínica do Hospital da Restauração), na data e horário supramencionados, com o fim de se submeter ao exame pericial necessário, advertindo-a de que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento antecipado da lide. Em tempo, diante do fato notório da pandemia da COVID-19, deve a parte observar as seguintes solicitações do perito: • Que compareçam acompanhados apenas os menores de idade, idosos ou pessoas com necessidades especiais; • Respeitem o horário agendado, não chegando com "horas" de antecedência, evitando assim aglomeração de pessoas; e • Compareçam com as intimações ou que seja informado por seu representante o número do processo, para tornar o atendimento mais rápido, bem como apresentem todos os exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente. 2.2. Intime-se o perito no endereço eletrônico constante do Curriculum vitae (pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com), conforme faculta o art. 465, parágrafo 2º, inciso III, do CPC, dando-lhe ciência da nomeação e da perícia designada. 2.3. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para a entrega do laudo (art. 465, parte final, CPC). 2.4. Entregue o laudo, intime-se a parte demandada para promover o depósito judicial da quantia indicada no prazo de 15 (quinze) dias (cláusula 2.1, Convênio 014/2017, TJPE). 2.5. Efetuado o pagamento, expeça-se alvará em favor do perito. 3. Cite-se a demandada para, em 15 (quinze) dias, ofertar contestação, com as advertências legais. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Recife, 03 de novembro de 2020. Catarina Vila-Nova Alves de Lima Juíza de Direito em exercício cumulativo".

RECIFE, 9 de novembro de 2020.

JANAINA FERRO DE SOUSA PORFIRIO LIMA
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 31ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0066579-92.2020.8.17.2001

AUTOR: JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE

REU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

RECIFE, 9 de novembro de 2020.

CARTA DE INTIMAÇÃO

Destinatário(s):

Nome: JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE

Endereço: LOT. ALMAS BENDITAS, 107, CENTRO, SÃO BENTO DO UNA - PE - CEP: 55370-000

Através da presente, fica V. Sa. INTIMADO(A) à comparecer à PERÍCIA, designada nos autos do processo em epígrafe, na data, no horário e no endereço abaixo determinados:

Data: 18/12/2020

Horário: entre 8h e 10h (ordem de chegada).

Endereço: Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional / Rua da Emergência Clínica do Hospital da Restauração).

ATENÇÃO: No caso de perícia médica, levar os exames relacionados ao objeto da perícia. Compareçam acompanhados apenas os menores de idade, idosos ou pessoas com necessidades especiais; • Respeitem o horário agendado, não chegando com “horas” de antecedência, evitando assim aglomeração de pessoas; e • Compareçam com as intimações ou que seja informado por seu representante o número do processo, para tornar o atendimento mais rápido, bem como apresentem todos os exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente.

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessário a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, JANAINA FERRO DE SOUSA PORFIRIO LIMA, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

JANAINA FERRO DE SOUSA PORFIRIO LIMA

Diretoria Cível do 1º Grau

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 31ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0066579-92.2020.8.17.2001

AUTOR: JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE

REU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO - NOMEAÇÃO PERITO

Ilmo Sr., em face do(a) despacho/decisão de ID 70421216 proferido nos autos do processo nº 0066579-92.2020.8.17.2001 da Seção A da 31ª Vara Cível da Capital, ajuizado por AUTOR: JOSE ADEVANIO ALMEIDA CAVALCANTE contra REU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, fica a V.S.ª notificado(a) de sua nomeação como perito, bem como INTIMADO(A) do inteiro teor do(a) Despacho/Decisão que segue transcrito abaixo:

*"DECISÃO Cuida-se de ação de cobrança de seguro DPVAT. 1. Com o intuito de imprimir maior celeridade ao feito, designo a perícia médica para o dia 18/12/2020, entre 8h e 10h (ordem de chegada) e nomeio, como perito judicial, o Dr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, especialista em ortopedia e traumatologia, CRM/PE nº16.868, que servirá independentemente de compromisso (art.466, CPC). 2. Arbitro os honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), que devem ser suportados pela parte ré. 2.1. Intime-se a parte autora, através de advogado e por carta, ante a necessidade de sua intimação pessoal[1], para comparecer ao consultório do perito, situado na Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional / Rua da Emergência Clínica do Hospital da Restauração), na data e horário supramencionados, com o fim de se submeter ao exame pericial necessário, advertindo-a de que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento antecipado da lide. Em tempo, diante do fato notório da pandemia da COVID-19, deve a parte observar as seguintes solicitações do perito: • Que compareçam acompanhados apenas os menores de idade, idosos ou pessoas com necessidades especiais; • Respeitem o horário agendado, não chegando com "horas" de antecedência, evitando assim aglomeração de pessoas; e • Compareçam com as intimações ou que seja informado por seu representante o número do processo, para tornar o atendimento mais rápido, bem como apresentem todos os exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente. 2.2. Intime-se o perito no endereço eletrônico constante do Curriculum vitae (pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com), conforme faculta o art. 465, parágrafo 2º, inciso III, do CPC, dando-lhe ciência da nomeação e da perícia designada. 2.3. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para a entrega do laudo (art. 465, parte final, CPC). 2.4. Entregue o laudo, intime-se a parte demandada para promover o depósito judicial da quantia indicada no prazo de 15 (quinze) dias (cláusula 2.1, Convênio 014/2017, TJPE). 2.5. Efetuado o pagamento, expeça-se alvará em favor do perito. 3. Cite-se a demandada para, em 15 (quinze) dias, ofertar contestação, com as advertências legais. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Recife, 03 de novembro de 2020. Catarina Vila-Nova Alves de Lima Juíza de Direito em exercício cumulativo ***".*

O laudo deverá ser inserido nos autos no formato PDF com menos de 1,5mb cada arquivo.

Atenciosamente

RECIFE, 9 de novembro de 2020.

JANAINA FERRO DE SOUSA PORFIRIO LIMA
Diretoria Cível do 1º Grau



Ciente.

